

APRESENTAÇÃO

Tudo terá mesmo se iniciado aqui em meados de um antiquíssimo setembro, em 1850, quando se promulga a chamada Lei de Terras, uma lei que transforma definitivamente a terra em mercadoria e, assim, confisca o direito à terra àqueles que não podem pagar por ela. A legislação urbanística que surge nessa mesma época virá reafirmar essa recém-criada assimetria entre o espaço central – de poucos – e o espaço periférico – dos outros –, proibindo a carroça, o cortiço, o mascate, aquela gente; autorizando apenas o tálburi, a residência, o estabelecimento comercial, nós, os donos. Desde então, como sabiamente observa Elio Gaspari na crônica “A linda lição da Lapa”, os que achamos que não somos pobres passamos a nos ver como tais. Essa ilusão – reforçada ao longo de cento e cinquenta anos por um espaço crescentemente excludente, no qual o rico cada vez mais acintosamente se livra da terrível visão do seu outro, nos shoppings, no automóvel de janelas indevassáveis, no condomínio lacrado – parece ter se desmanchado nas últimas eleições presidenciais. No dia seguinte à eleição do nosso atual presidente, ouvi, dos colegas de uma academia na nobilíssima – ipanêmica? bárri-ca? – Avenida Bandeirantes, a exclamação: eu quero só ver o Lula negociando com o FMI! Sua preocupação residia precisamente no medo de se verem descobertos, agora consumado: finalmente, eles não poderiam mais achar – ou fazer de conta que, entre expressões francesas e um manuseio exímio de talheres – que não são pobres, já que seu presidente é um ex-operário. Dentre todas as deliciosamente possíveis benesses de um governo verdadeiramente democrático, avisto esta: o reconhecimento – maciço – de que este é um país de pobres, de famintos, de “sem lugar”. Ótimo: assim também a arquitetura poderá – ufa!, que ela já não agüentava mais aqueles saltos altos – descer do seu pedestal, onde, aliás, sempre couberam muito poucos, e vir pisar aqui embaixo, onde, afinal, estamos todos.

Não é outra coisa, mas esta mesma, o que querem os arquitetos, a julgar pelo texto que apresenta o tema do seu futuro XVII^o Congresso Brasileiro, onde se lê: “a capacidade da arquitetura e do urbanismo de realizarem transformações físicas e sócio-econômicas parece cada vez mais limitada ao campo utópico em alguns casos, ou a fiascos em casos menos felizes, estando muitas vezes essas disciplinas a serviço das utopias realizáveis do capital dominante, em detrimento de necessida-

des e desejos dos grupamentos humanos". Não é outra coisa, mas esta mesma, o que querem os que ensinam arquitetura, a julgar pelo fato de que o referido texto foi aprovado na reunião passada do Conselho Superior da Associação Brasileira de Ensino de Arquitetura e Urbanismo. Não é outra coisa, mas esta mesma, o que quer o Curso de Arquitetura e Urbanismo da PUC Minas, a julgar pelos três temas que norteiam todas as suas atividades, expressos em seu Projeto Político-pedagógico: arquitetura e inclusão, arquitetura e sustentabilidade, arquitetura e tecnologia. Não é outra coisa, mas esta mesma, o que quer esta revista, e seu Conselho Editorial, a julgar pelos artigos que aqui se apresentam. Sim, todos nós, arquitetos, queremos casos mais felizes, em que se realizem as necessidades e os desejos dos grupamentos humanos.

Se assim não fosse, Herman Hertzberger – aqui entrevistado pelos professores Fernando Lara e Vanessa Borges Brasileiro por ocasião da 6ª Semana de Arquitetura da PUC Minas – não se daria ao trabalho de perguntar aos seus alunos: — "Listen, do you think that the distribution of means and knowledge over all people is fair or anything better could be realized?". Ou de, muito antes disso, juntar-se aos arquitetos que buscavam um outro modernismo, que não o anti. Igualmente, Frederico de Holanda e Vicente Barcellos não se ocupariam de jacobizar a SQN-109 em Brasília, através de um projeto paisagístico que resgata, para esta que é a mais generosa tipologia de habitação viva, a generosidade da vida urbana. Alfio Conti, Fernando Murilo Gontijo Ramos, Maria Lúcia Malard, Maurício Laguardia Campomori, Renato César Ferreira de Souza e Sérgio Ricardo Palhares, por sua vez, não se deslocariam até Salvador para reconhecer, no Campus Experimental de Narandiba, não mais uma experiência, mas uma morada. Nem Fernanda Borges de Moraes e Maurício Guimarães Goulart reclamariam, britanicamente, a implementação do Projeto Lagoinha, em Belo Horizonte, e Isabel Cristina dos Reis Lima e Silva, incontinentemente, a revitalização do Ribeirão Sabará, na cidade de mesmo nome. Nem Wívia Patrícia Pinto Diniz e Luiz Antônio Cruz Souza encarregar-se-iam de esmiuçar isso que se chama conservação preventiva, tomando como exemplo o Museu de História Natural e Jardim Botânico da Universidade Federal de Minas Gerais. E, finalmente, Cláudio Listher Marques Bahia não se dobraria aos desencantos da arquitetura carcerária, construída para a rebelião, a fuga, e a condenação. Definitivamente, a arquitetura e o urbanismo não podem se dar ao luxo de estar em fim de linha, prezada Otilia. Trata-se, ao contrário, de colocá-los na linha: – Alô, Arquitetuta! – Alô, Urbanismo! A arquitetura e o urbanismo não podem nos dar o desprazer do cárcere e do beco: e se não se trata mais de arquitetura ou revolução, fiquemos com as duas.

Alicia Duarte Penna

Coordenadora do Núcleo de Planejamento Urbano e Regional
do Curso de Arquitetura e Urbanismo da PUC Minas